

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	632.529.094
Preferenciais	0
Total	632.529.094
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.410.439	2.392.820
1.01	Ativo Circulante	264.507	252.415
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.856	8.431
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.302	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.302	0
1.01.03	Contas a Receber	227.811	215.449
1.01.03.01	Clientes	28.576	24.409
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	199.235	191.040
1.01.03.02.02	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	199.235	191.040
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.026	14.249
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.026	14.249
1.01.07	Despesas Antecipadas	16	3.205
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.496	11.081
1.01.08.03	Outros	6.496	11.081
1.02	Ativo Não Circulante	2.145.932	2.140.405
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.144.377	2.138.719
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	68.702	66.001
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.075.675	2.072.718
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	305	294
1.02.01.10.06	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	2.072.349	2.069.403
1.02.01.10.08	Tributos a recuperar	3.021	3.021
1.02.03	Imobilizado	412	407
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	412	407
1.02.04	Intangível	1.143	1.279

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.410.439	2.392.820
2.01	Passivo Circulante	200.167	213.380
2.01.02	Fornecedores	2.691	8.074
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.691	8.074
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	2.691	8.074
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.088	5.125
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.088	5.125
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.088	5.125
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	107.179	105.232
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.154	16.154
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	16.154	16.154
2.01.04.02	Debêntures	91.025	89.078
2.01.05	Outras Obrigações	85.209	94.949
2.01.05.02	Outros	85.209	94.949
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	76.824	79.464
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	3.888	10.560
2.01.05.02.05	Participações de empregados e administradores	325	952
2.01.05.02.06	Obrigações estimadas	1.180	931
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	2.438	2.427
2.01.05.02.08	Encargos de dívidas	543	615
2.01.05.02.09	Arrendamentos Operacionais	11	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.188.567	1.208.310
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	584.534	620.735
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	86.152	94.229
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	86.152	94.229
2.02.01.02	Debêntures	498.382	526.506
2.02.02	Outras Obrigações	4.936	4.658
2.02.02.02	Outros	4.936	4.658
2.02.02.02.03	Fornecedores	3.847	3.722
2.02.02.02.04	Encargos setoriais	1.000	704
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	89	232
2.02.03	Tributos Diferidos	559.267	544.064
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	559.267	544.064
2.02.03.01.01	Impostos e contribuições sociais diferidos	349.145	334.973
2.02.03.01.02	Impostos e contribuições sociais	210.122	209.091
2.02.04	Provisões	39.830	38.853
2.02.04.02	Outras Provisões	39.830	38.853
2.02.04.02.04	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	39.830	38.853
2.03	Patrimônio Líquido	1.021.705	971.130
2.03.01	Capital Social Realizado	632.529	632.529
2.03.02	Reservas de Capital	81.347	70.917
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	29.120	18.690
2.03.02.07	Ágio na conversão de dívida	52.227	52.227
2.03.04	Reservas de Lucros	267.684	267.684

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.04.01	Reserva Legal	29.990	29.990
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	190.391	190.391
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	37.654	37.654
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	9.649	9.649
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	40.145	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	43.147	99.079	43.178	96.881
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência na implem da infra e outras, líquidas	1.664	1.575	1.999	1.029
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão	41.483	97.504	41.179	95.852
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.736	-8.967	-6.628	-10.356
3.02.01	Pessoal e administradores	-2.618	-4.974	-1.592	-2.076
3.02.02	Material	3	-2.044	-5.138	-5.147
3.02.03	Serviços de terceiros	-478	-798	-2.513	-5.466
3.02.05	Custo de construção	-501	-891	2.684	2.493
3.02.06	Benefício pós-emprego	-42	-80	-13	-24
3.02.07	Outras despesas	-100	-180	-56	-136
3.03	Resultado Bruto	39.411	90.112	36.550	86.525
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.343	-1.853	-5.368	-12.785
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.343	-1.853	-7.847	-12.467
3.04.02.01	Pessoal e administradores	95	-500	-5.050	-6.377
3.04.02.02	Benefícios pós-emprego	-16	-31	-8	-18
3.04.02.03	Serviços de terceiros	0	0	-2.224	-4.422
3.04.02.04	Material	-56	-113	-88	-194
3.04.02.05	Provisão para riscos, cíveis, fiscais e regulatórios	-745	692	0	0
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-98	-107	-150	-235
3.04.02.07	Provisão para contingência	530	530	1.066	1.058
3.04.02.08	Outras despesas	-1.053	-2.324	-1.393	-2.279
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	2.479	-318
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	38.068	88.259	31.182	73.740
3.06	Resultado Financeiro	-14.674	-32.244	-16.026	-31.509
3.06.01	Receitas Financeiras	2.103	4.116	380	3.873
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	1.924	3.609	1.724	3.775
3.06.01.02	Atualização depósitos judiciais	12	12	9	9

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.06.01.03	Outras receitas financeiras	167	495	-1.353	89
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.777	-36.360	-16.406	-35.382
3.06.02.01	Encargos de dívidas	-5.517	-11.456	-5.982	-12.326
3.06.02.02	Encargos de dívidas - var monet.e cambial	-10.466	-23.191	-9.211	-20.494
3.06.02.04	Atualização contingência	-682	-1.507	-724	-1.963
3.06.02.05	Ajuste valor presente de ativos	1	16	-190	-190
3.06.02.06	Outras despesas financeiras	-113	-222	-299	-409
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.394	56.015	15.156	42.231
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.220	-15.870	-4.443	-12.737
3.08.01	Corrente	-857	-1.698	-2.357	-4.108
3.08.02	Diferido	-5.363	-14.172	-2.086	-8.629
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.174	40.145	10.713	29.494
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.174	40.145	10.713	29.494
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0153	0,0553	0,0169	0,0466

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	17.174	40.145	10.713	29.494
4.03	Resultado Abrangente do Período	17.174	40.145	10.713	29.494

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.928	54.981
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.187	-17.741
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do período	40.145	29.494
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15.870	12.737
6.01.01.03	Pis e Cofins diferido	1.030	5.659
6.01.01.04	Remuneração do Ativo de contrato de concessão	-97.504	-95.852
6.01.01.05	Despesas com juros e variações monetárias - líquidas	32.714	31.240
6.01.01.07	Amortização e depreciação	107	235
6.01.01.08	(Reversões) Provisões para riscos	-530	-1.058
6.01.01.11	Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	-19	-196
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	76.115	72.722
6.01.02.01	Diminuição de consumidores e concessionárias	83.106	80.634
6.01.02.02	(Aumento) de impostos a recuperar	-777	-2.229
6.01.02.04	Diminuição (aumento) de despesas pagas antecipadamente	3.189	2.521
6.01.02.05	Diminuição (aumento) de cauções e depósitos vinculados	1	-1
6.01.02.06	(Aumento) de outros créditos	4.585	-1.089
6.01.02.07	(Diminuição) aumento de fornecedores	-5.258	-2.489
6.01.02.08	(Diminuição) de tributos e contribuições sociais	-475	-3.583
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.259	-1.908
6.01.02.10	Aumento de Encargos do Consumidor	307	285
6.01.02.11	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	0	-555
6.01.02.12	Aumento de obrigações estimadas	249	310
6.01.02.13	Aumento de outras contas a pagar	-7.553	826
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.320	9.574
6.02.03	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	-4.394	7.964
6.02.04	Aplicações no imobilizado	-891	-26
6.02.05	Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	-35	1.636
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-61.183	-65.806
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal	-53.448	-49.638
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros	-15.525	-16.020
6.03.04	Pagamento de dividendos	-2.640	0
6.03.12	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	0	-148
6.03.13	Recursos destinados a aumento de capital	10.430	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.425	-1.251
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.431	7.772
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.856	6.521

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	70.917	267.684	0	0	971.130
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	70.917	267.684	0	0	971.130
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.430	0	0	0	10.430
5.04.01	Aumentos de Capital	0	10.430	0	0	0	10.430
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	40.145	0	40.145
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	40.145	0	40.145
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	81.347	267.684	40.145	0	1.021.705

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.227	228.363	0	0	913.119
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.227	228.363	0	0	913.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.494	0	29.494
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.494	0	29.494
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	52.227	228.363	29.494	0	942.613

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	114.172	110.926
7.01.02	Outras Receitas	114.172	110.926
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.415	-13.685
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.264	-14.984
7.02.04	Outros	-2.151	1.299
7.03	Valor Adicionado Bruto	109.757	97.241
7.04	Retenções	-107	-235
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-107	-235
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	109.650	97.006
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.317	4.062
7.06.02	Receitas Financeiras	4.317	4.062
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	113.967	101.068
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	113.967	101.068
7.08.01	Pessoal	4.674	7.504
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.668	6.748
7.08.01.02	Benefícios	713	460
7.08.01.03	F.G.T.S.	293	296
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.074	28.184
7.08.02.01	Federais	32.073	28.207
7.08.02.02	Estaduais	0	-23
7.08.02.03	Municipais	1	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.074	35.886
7.08.03.01	Juros	36.360	35.382
7.08.03.02	Aluguéis	714	504
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	40.145	29.494
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	40.145	29.494

Comentário do Desempenho

LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 2º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 07 de agosto de 2025 – A Administração da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia") apresenta os resultados do segundo trimestre (2T25) e seis meses (6M25) de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 83,34% do capital social da Companhia. Os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Gemini

LMTE	LXTE	LTTE
85,04%	83,34%	100%

Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 25-26 (R\$ mm) (a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LXTE	out/08	PA	508	1.550	jun/13	179,5(a)	18,3	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 25/26, líquidos de PIS/Cofins e consideram de receita adicional de R\$ 9,4 milhões referente à REA nº 5.149/15, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026.

Comentário do Desempenho

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado IFRS, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura no societário que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado, enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial societário se refere aos bens não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Comentário do Desempenho

2.2. Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário e Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LXTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T25	2T24	Var. %	6M25	6M24	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	0,6	(3,0)	-	1,0	(2,7)	-
Receita de operação e manutenção	2,7	2,7	+ 1,1	5,4	5,3	+ 1,0
Remuneração dos ativos de concessão	41,5	41,2	+ 0,7	97,5	95,9	+ 1,7
Outras receitas operacionais	5,4	8,6	- 37,5	10,4	12,3	- 15,6
Total da receita bruta	50,0	49,7	+ 0,7	114,2	110,9	+ 2,9
Deduções da receita	(6,9)	(6,5)	+ 5,9	(15,1)	(14,0)	+ 7,5
Receita operacional líquida	43,1	43,2	- 0,1	99,1	96,9	+ 2,3
PMSO	(5,0)	(18,1)	- 72,3	(10,4)	(26,1)	- 60,4
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	0,5	3,5	- 85,1	0,5	0,7	- 28,4
Custo de construção	(0,5)	2,7	-	(0,9)	2,5	-
Amortização / Depreciação	(0,1)	(0,2)	- 34,5	(0,1)	(0,2)	- 54,3
Resultado financeiro	(14,7)	(16,0)	- 8,4	(32,2)	(31,5)	+ 2,3
Contribuição social e imposto de renda	(6,2)	(4,4)	+ 40,0	(15,9)	(12,7)	+ 24,6
Lucro líquido	17,2	10,7	+ 60,3	40,1	29,5	+ 36,1
EBITDA	38,2	31,3	+ 21,8	88,4	74,0	+ 19,5
Margem EBITDA (%)	88,5	72,6	+ 15,9 p.p.	89,2	76,4	+ 12,8 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 43,1 e se manteve em linha com a receita operacional líquida apresentada no 2T24.

Entre os principais eventos corridos, destaca-se:

- (i) Aumento da remuneração do ativo de contrato, em função do reajuste tarifário em 2024 da RAP e do resultado positivo na Revisão Tarifária Periódica conforme Resolução Homologatória nº 3.243 da ANEEL;
- (ii) Pelas reversões de provisões de custos de construção no 2T24 que impactaram negativamente as receitas de construção e de ganho e perda na eficiência, não recorrente no 2T25.

PMSO: A rubrica alcançou R\$ 5,0 milhões no 2T25, uma redução de R\$ 13,1 milhões na comparação com 2T25 devido aos seguintes eventos:

- (i) Menores gastos de pessoal em função de desativação de mão de obra contratada pontualmente para a implementação dos projetos de melhoria (R\$ 4,1 milhões);
- (ii) Redução de gastos com serviços de terceiros em função da internalização das atividades O&M (R\$ 3,4 milhões);
- (iii) Menores aquisições de sobressalentes e materiais para implementação de melhorias nas infraestruturas das concessões do grupo (R\$ 3,5 milhões).

Comentário do Desempenho

Demais despesas operacionais: No 2T25, a rubrica teve resultado positivo de R\$ 0,5 milhões, redução de R\$ 3 milhões ocasionado principalmente pelas reclassificações para a rubrica de PMSO dos gastos incorridos na implementação de melhorias na infraestrutura ocorridas no 2T24, não recorrentes no 2T25.

Custo de construção: a linha de custo de construção aumentou R\$ 3,2 milhões no 2T25 em comparação com o 2T24 devido as reversões de provisões no 2T24, não recorrente no 2T25.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 38,2 milhões no 2T25, aumento de R\$ 6,9 milhões comparado com o registrado em 2T24, ocasionado principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 14,7 milhões no 2T25, ocasionando uma redução de R\$ 1,3 milhão na comparação com 2T24, devido aos seguintes eventos:

- (iii) Aumento das receitas financeiras em decorrência de maior volume médio de aplicações;
- (iv) Maiores amortizações de dívidas entre os períodos comparados.

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 17,2 milhões no 2T25, aumento de 6,5 milhões na comparação com 2T24 em virtude principalmente dos eventos mencionados acima.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LXTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T25	2T24	Var. %	6M25	6M24	Var. %
Total da receita bruta	51,7	54,1	- 4,4	103,0	103,4	- 0,4
Deduções da receita	(7,0)	(6,9)	+ 1,9	(14,1)	(13,3)	+ 5,3
Receita operacional líquida	44,6	47,2	- 5,4	89,0	90,1	- 1,2
PMSO	(5,1)	(5,7)	- 11,0	(10,6)	(12,8)	- 17,4
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	0,5	0,7	- 29,1	0,5	0,7	- 28,4
Amortização / Depreciação	(12,0)	(12,0)	+ 0,0	(23,9)	(23,9)	+ 0,0
Resultado financeiro	(14,7)	(15,8)	- 7,3	(32,3)	(31,3)	+ 3,0
Contribuição social e imposto de renda	(3,0)	(4,2)	- 28,8	(4,6)	(6,1)	- 25,5
Lucro líquido	10,5	10,2	+ 2,4	18,2	16,6	+ 9,3
EBITDA	40,1	42,2	- 5,0	78,9	78,0	+ 1,2
Margem EBITDA (%)	89,9	89,5	+ 0,3 p.p.	88,7	86,6	+ 2,1 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado regulatório:

Receita operacional líquida regulatória: No 2T25, a LXTE apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 44,6 milhões, R\$ 2,6 milhões menor do que o registrado no 2T24 devido aos seguintes eventos:

Comentário do Desempenho

- (i) Redução da receita em função dos impactos da parcela de ajuste (PA) e do rateio de antecipação (-R\$ 0,9 milhão);
- (ii) Aumento da indisponibilidade (PV) (-R\$ 0,6 milhão);
- (iii) Menor volume de faturamentos de Aviso de Crédito (AVC) complementar no 2T25.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- (iv) Reajuste tarifário em 2024 da RAP de 3,93% e resultado positivo da Revisão Tarifária Periódica conforme Resolução Homologatória nº 3.243 da ANEEL.

PMSO: A linha de PMSO alcançou R\$ 5,1 milhões, uma redução de R\$ 0,6 milhão no 2T25 em comparação com o 2T24 em consequência da internalização das atividades O&M ocasionando um efeito líquido nas rubricas de serviços de terceiros e pessoal (-R\$ 0,4 milhão).

Demais despesas operacionais: No 2T25, a rubrica teve um aumento na despesa em R\$ 0,5 milhão, redução de R\$ 0,2 milhão em comparação com 2T24. Essa redução foi ocasionada pelas alterações de prognóstico de contingências cíveis.

EBITDA regulatório: o EBITDA Regulatório alcançou R\$ 40,1 milhões no 2T25, redução de R\$ 2,1 milhões acima do registrado no 2T24, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 14,7 milhões no 2T25, ocasionando uma redução de R\$ 1,1 milhão na comparação com 2T24, devido aos seguintes eventos:

- (i) Aumento das receitas financeiras em decorrência de maior volume médio de aplicações;
- (ii) Maiores amortizações de dívidas entre os períodos comparados.

Lucro (Prejuízo) líquido regulatório: No 2T25, a Companhia apresentou lucro de R\$ 10,5 milhões, R\$ 0,3 milhões maior do que o lucro apresentado no 2T24.

Comentário do Desempenho

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 83,9 milhões em junho de 2025, frente aos R\$ 102,7 milhões registrados em março de 2025.

Em 30 de junho de 2025, a dívida líquida foi de R\$ 608,4 milhões, contra R\$ 636,5 milhões em março de 2025.

A seguir, apresentam-se as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/06/2025	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	107,7	111,1	105,8
Empréstimos e financiamentos	16,2	16,2	16,2
Debêntures	91,0	94,3	89,1
Encargos de dívidas	0,5	0,6	0,6
Não Circulante	584,5	628,1	620,7
Empréstimos e financiamentos	86,2	90,2	94,2
Debêntures	498,4	537,9	526,5
Total das dívidas	692,3	739,2	726,6
(-) Disponibilidades financeiras:	83,9	102,7	74,4
Total das dívidas líquidas	608,4	636,5	652,2

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

4.1. Reajuste da receita anual permitida - RAP ciclo 2025-2026

A ANEEL por meio da resolução Homologatória nº3.481 de 15 de julho de 2025, estabeleceu o reajuste de 5,32%, na receita anual permitida - RAP das destinadas as concessionárias pela prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica. O reajuste será vigente no período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A
Notas explicativas às informações financeiras trimestrais
para o período findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou LXTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008, a Isolux Ingenieria S/A (ex-controladora da Gemini Energy S/A) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A – linha Tucuruí-Jurupari.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 008/2008 – ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado do Pará, composto por linhas de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, pela subestação Xingu em 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial no dia 12 de junho de 2013.

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN por um período de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

Notas Explicativas

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL), alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e,

VII – Operar e manter as instalações de transmissão observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.2 Principais assuntos Regulatórios

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481, de 15 de julho de 2025, estabeleceu a RAP da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%).

A seguir, A RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Concessão	Contrato de concessão	Rede Básica		Total	
		RBL	RBNI	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025
LXTE	008/2008	169.854	9.661	179.514	170.447

2. Apresentação das informações financeiras trimestrais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais intermediárias e o resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, publicadas na imprensa em 22 de março de 2025.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 07 de agosto de 2025.

Notas Explicativas

2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações que ainda não estão em vigor

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Normas	Descrição
Alterações CPC 18 (R3)	Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto
Alterações CPC 02 (R4)	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas informações financeiras trimestrais.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo International Accounting Standards Board – IASB, mas ainda não vigentes, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

3. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos são constituídos principalmente, por caixa, depósitos bancários a vista e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2025 equivale a 87,0% do CDI.

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	6.506	8.431
Operações Compromissadas	3.350	-
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante (*)	9.856	8.431

(*) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2025 equivale a 96,9% do CDI (96,6% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	30/06/2025	31/12/2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de Investimentos Exclusivos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	92	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	4	-
Fundo Multimercado	492	-
Fundo de Renda Fixa	3.099	-
Letra Financeira (LFT)	469	-

Notas Explicativas

	30/06/2025	31/12/2024
Letra Financeira (LF)	499	-
Nota de Crédito	10	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	321	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	316	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	52.002	49.120
Recursos vinculados	16.700	16.881
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽¹⁾	74.004	66.001
Circulante	5.302	-
Não Circulante	68.702	66.001

⁽¹⁾ Inclui R\$52.002 (R\$49.120 em 31 de dezembro de 2024) referente a garantias de debêntures.

5. Concessionárias e permissionárias

	30/06/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	31.963	27.811
Concessionárias e Permissionárias – partes relacionadas	196	181
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD ⁽¹⁾	(3.583)	(3.583)
Total – circulante	28.576	24.409

⁽¹⁾ Refere-se a saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

6. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	15.448	14.855
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	2.384	2.310
Contribuições ao PIS e à COFINS	12	12
Outros	203	93
Total	18.047	17.270
Circulante	15.026	14.249
Não circulante	3.021	3.021

7. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	30/06/2025	31/12/2024
Ativo		
Prejuízos fiscais	15.284	17.213
Base negativa da contribuição social	5.502	6.197
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	6.207	5.969
Contribuição social	2.234	2.149
Total – ativo não circulante	29.227	31.528

Notas Explicativas

	30/06/2025	31/12/2024
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(278.215)	(269.486)
Contribuição social	(100.157)	(97.015)
Total – passivo não circulante	(378.372)	(366.501)
Total líquido – passivo não circulante	(349.145)	(334.973)

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	30/06/2025		31/12/2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	61.138	20.787	68.853	23.410
Provisões para riscos (cível, trabalhista, fiscal e regulatório)	17.227	5.857	16.250	5.525
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa- PECLD	3.583	1.218	3.583	1.218
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	1.209	411	1.208	411
Outras adições temporárias	2.805	954	2.838	964
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(1.112.860)	(378.372)	(1.077.945)	(366.501)
Total líquido – passivo não circulante	(1.026.898)	(349.145)	(985.213)	(334.973)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2026	3.004
2027	3.773
2028	5.172
2029	6.531
2030 a 2032	10.005
Após 2032	742
Total	29.227

Em 30 de junho de 2025 e 2024 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado dos períodos, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	23.393	56.015	15.156	42.231
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(7.954)	(19.045)	(5.153)	(14.359)
Incentivos fiscais – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	-	-	16	16
Incentivos fiscais – Outros ⁽²⁾	34	68	34	60
Incentivos fiscais – Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽³⁾	1.831	3.377	660	1.546
Outros	(131)	(270)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(6.220)	(15.870)	(4.443)	(12.737)
Alíquota efetiva	26.59%	28.33%	29.32%	30.16%

⁽¹⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005,

Notas Explicativas

- (2) Refere-se a incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.
- (3) Companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para os exercícios de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, através do Laudo Constitutivo nº 0204/2018, reconhecido pelo ADE RFB 134/2019.

8. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A, que detém 83,34% do capital total.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Serviços contrata dos (despesa s)	Comparti lhament o ⁽⁴⁾	Receita com transmis são de energia ⁽¹⁾	Debentur es – outras despesas financeir as ⁽⁵⁾	Saldo a (pagar)	Saldo a receber ⁽¹⁾	Recursos destinad os para futuro aumento de capital ⁽⁶⁾
Energisa Soluções S/A ⁽²⁾	(49)	-	-	-	-	-	-
Energisa S/A ⁽³⁾	(1.035)	(562)	-	-	(441)	-	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A	-	(18)	413	-	(3)	23	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	(5)	293	-	(1)	16	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	(44)	1.016	-	(8)	56	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	(6)	226	-	(1)	13	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de	-	(71)	646	-	(12)	36	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(202)	427	-	(35)	24	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(91)	126	-	(16)	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	(7)	358	-	(1)	19	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/	-	(4)	163	-	(1)	9	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(18)	-	-	(4)	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	-	(2)	-	-	-	-	-
Gemini Energy S/A	-	-	-	-	-	-	(29.120)
30/06/2025	(1.084)	(1.030)	3.668	-	(523)	196	(29.120)
31/12/2024	-	-	-	-	(495)	181	(18.690)
30/06/2024	(4.166)	(1.061)	3.179	(1.959)	-	-	-

- (1) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição;
- (2) Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção;
- (3) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento e telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL, firmado em 23 de outubro de 2023, com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;
- Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023, com vencimento em 31 de outubro de 2026, no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;
- (4) Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.;
- (5) Rede Power Holding de Energia S/A adquiriu no mercado parte das debêntures de 2ª emissão, com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 12. As debêntures foram negociadas em 08/2024.
- (6) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores:

Nos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.

9. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Conforme previsto pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o período findo em 30 de junho de 2025, não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 500 kV Tucuruí – Xingu; LT 500 kV Xingu – Jurupari; SE Jurupari – 3º Banco de autotransformadores 500/230 kV
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	6,48%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3% a 12%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	1.380.158
RAP anual	179.514

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Seguem as movimentações do ativo de contrato ocorridas no período/exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	30/06/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	2.260.443	2.252.589
Receita de remuneração do ativo de contrato	97.504	174.869
Receita das margens da obrigação de performance de construção	19	26
Receita de operação e manutenção	5.361	10.359
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(91)	(127)
Receita de construção da infraestrutura	982	1.371
Recebimento RAP	(92.634)	(178.644)
Saldo Final	2.271.584	2.260.443
Circulante	199.235	191.040
Não Circulante	2.072.349	2.069.403

Notas Explicativas

10. Fornecedores

	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores de Materiais	1.705	1.451
Fornecedores de Serviços	4.833	10.345
Total	6.538	11.796
Circulante	2.691	8.074
Não Circulante	3.847	3.722

11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	30/06/2025
Mensuradas ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	110.998	(8.076)	(3.984)	3.911	102.849
Total ao custo amortizado	110.998	(8.076)	(3.984)	3.911	102.849
Total	110.998	(8.076)	(3.984)	3.911	102.849
Circulante	16.769				16.697
Não circulante	94.229				86.152

	31/12/2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	31/12/2024
Mensuradas ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	127.207	(16.152)	(9.009)	8.952	110.998
Total ao custo amortizado	127.207	(16.152)	(9.009)	8.952	110.998
Circulante	16.825				16.769
Não circulante	110.382				94.229

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (%a.a.)	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	30/06/2025	31/12/2024						
LXTE X BASA - CCB 007-10/0061-5	102.849	110.998	PRÉ + 10.00%	out/31	Mensal a partir de mar/15	4,88%	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	102.849	110.998						

(1) R = Recebíveis e S = Seguro

(2) **Condições de covenants** - o empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

Notas Explicativas

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Vencimentos:

Em 30 de junho de 2025, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2025
2026	8.077
2027	16.154
2028	16.154
2029	16.154
Após 2029	29.613
Total	86.152

12. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	30/06/2025
Mensuradas ao custo amortizado					
Pós Fixado					
IPCA	159.432	(5.713)	(9.173)	9.387	153.933
TJLP	466.274	(39.659)	(2.368)	20.649	444.896
(-) Custo com captação	(10.122)	-	-	700	(9.422)
Total ao custo amortizado	615.584	(45.372)	(11.541)	30.736	589.407
Circulante	89.078				91.025
Não circulante	526.506				498.382

	31/12/2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	31/12/2024
Mensuradas ao custo amortizado					
Pós Fixado					
IPCA	156.501	(4.643)	(9.419)	16.993	159.432
TJLP	508.373	(75.091)	(5.057)	38.049	466.274
(-) Custo com captação	(11.522)	-	-	1.400	(10.122)
Total ao custo amortizado	653.352	(79.734)	(14.476)	56.442	615.584
Circulante	82.668				89.078
Não circulante	570.684				526.506

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Garantias (1)	Covenants
	30/06/2025	31/12/2024								
Debentures 1ª Emissão (2)	444.896	466.274	27/01/2012	602.447.75	TJLP + 1.00%	out/30	Semestral a partir de abr/15	4,57%	R + S + B	ND
Debentures 2ª Emissão	153.933	159.432	29/03/2021	120.000	IPCA + 5.83%	abr/36	Anual a partir de abr/23	5,88%	A	2
(-) Custos de captação	(9.422)	(10.122)								
Total	589.407	615.584								

(1) **Garantias:** A = Aval Energisa S/A

Notas Explicativas

B = CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$52.002 (R\$49.120 em 31 de dezembro de 2024).

R = Recebíveis
S = Seguro

(2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração. Em 30 de junho de 2025, não há montante a reconhecer deste instrumento.

(3) Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	(2) Menor ou igual a 4,25 até vencimento	Trimestral e Anual

(*)EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratório

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos:

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2025
2026	39.660
2027	89.194
2028	82.612
2029	81.789
Após 2029	205.127
Total	498.382

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debêntures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos/exercícios:

Moeda/indicadores	30/06/2025	31/12/2024
TJLP	4,07%	6,19%
IPCA	3,01%	4,83%

13. Impostos e contriuições sociais

	30/06/2025	31/12/2024
Contribuições ao PIS e à COFINS (*)	212.027	210.981
Encargos Sociais	89	109
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	252	-
Imposto Sobre Serviços – ISS	128	121
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	49	120
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	2.665	2.885
Total	215.210	214.216
Circulante	5.088	5.125
Não circulante	210.122	209.091

(*) PIS e COFINS corrente e diferido reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

Notas Explicativas

14. Provisões para riscos cíveis, fiscais e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, fiscal e ambiental.

14.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Cível	Fiscal	Ambiental	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial 31/12/2024 e 31/12/2023 – não circulante	1.191	17.539	20.123	38.853	65.043
Provisões e reversões líquidas	(530)	-	-	(530)	(6.959)
Pagamentos realizados	-	-	-	-	(20.480)
Atualização monetária	(22)	857	672	1.507	1.249
Saldo final 30/06/2025 e 31/12/2024 – não circulante	639	18.396	20.795	39.830	38.853

A Companhia possui cauções e depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, no montante de R\$305 (R\$294 em 31 de dezembro de 2024), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Fiscal

As ações tributárias envolvem discussões sobre débito de ISS objetivando a cobrança de suposto crédito tributário e pedido de compensação de tributos federais.

Processo	Tipo de Ação	Objeto	30/06/2025	31/12/2024
0002402-76.2014.8.14.0138	Execuções Fiscais	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em 17.09.2014 para cobrança de débito de ISS referente a suposta prestação de serviço de construção civil de linha de transmissão de energia no Município de Anapú, objeto da inscrição em dívida ativa nº 004/2013.	13.121	12.350

Notas Explicativas

Ambiental

Ação ambiental que discute ausência de licenciamento ambiental.

Principal processo:

Processo	Tipo de Ação	Objeto	30/06/2025	31/12/2024
5051902-68.2019.4.02.5101	Ambiental	Ação ambiental proposta pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para discussão sobre ausência de licenciamento ambiental.	20.795	20.123

Por determinação da justiça efetuamos o pagamento parcial deste processo em setembro de 2024.

14.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das causas com perdas possíveis:

	Fiscal	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial	49.679	49.679	45.296
Mudança de prognóstico e valor pedido	-	-	655
Atualização monetária	3.101	3.101	3.728
Saldo final	52.780	52.780	49.679

Fiscal

Ação fiscal envolvendo discussão sobre suposta falta de recolhimento de ISS.

Processo	Tipo de Ação	Objeto	30/06/2025	31/12/2024
0001307-30.2019.8.14.0075	Execução Fiscal	Processo ajuizado em 12 de fevereiro de 2019 pela prefeitura de Porto do Moz, envolvendo discussão sobre suposta falta de recolhimento de ISS. A posição da Companhia é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria. Processo aguardando julgamento.	52.780	49.679

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital Social

O capital social é de R\$632.529 (R\$632.529 em 31 de dezembro 2024) representando 632.529.094(632.529.094 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

Notas Explicativas

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	527.120.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	105.409.094
	632.529.094

15.2 Reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 204/2018 – Ato Declaratório Executivo nº 134 – DRF/CBA de 19 de novembro de 2019, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No período findo em 30 de junho de 2025 a Companhia apurou R\$3.377 (R\$1.546 em 30 de junho 2024) de redução de imposto de renda e adicionais.

16. Receita operacional

Descrição	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Receita de construção de infraestrutura	553	982	(2.957)	(2.747)
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura	(51)	(91)	273	254
Receita das margens da obrigação de performance da construção	11	19	(54)	(58)
Receita de operação e manutenção	2.679	5.361	2.651	5.310
Receita de remuneração do ativo de contrato	41.483	97.504	41.179	95.852
Outras receitas	5.368	10.397	8.595	12.315
Total de receita operacional bruta	50.043	114.172	49.687	110.926
Deduções da receita operacional				
PIS corrente	(852)	(1.700)	(892)	(1.706)
PIS diferido	27	(184)	72	(124)
COFINS corrente	(3.926)	(7.830)	(4.110)	(7.859)
COFINS diferido	123	(846)	333	(572)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(2.111)	(4.219)	(1.762)	(3.481)
Taxa de fiscalização	(157)	(314)	(150)	(303)
Total de dedução da receita	(6.896)	(15.093)	(6.509)	(14.045)
Receita operacional líquida	43.147	99.079	43.178	96.881

17. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	30/06/2025	30/06/2024
--	------------	------------

Notas Explicativas

Numerador

Lucro líquido do período	40.145	29.494
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	632.529	632.529
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$⁽¹⁾	0,0635	0,0466

⁽¹⁾ A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 12, e, portanto, seu exercício teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

18. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/06/2025	31/12/2024
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	13	11
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	3	3
Riscos Operacionais	30/06/2026	200.000	653	2.619
Responsabilidade Civil Obras	30/04/2025	15.000	-	46
Riscos de Engenharia (RE)	30/11/2025	47.200	68	68
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	6.856	19	38
Auto-Frota	23/10/2025	1.000/veículo	2	2
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores(D&O)	05/08/2025	100.000	3	3
Transporte Nacional	30/07/2025	Até 5.000/viagem	2	2
			763	2.792

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

	Nível	30/06/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	9.856	9.856	8.431	8.431
Concessionárias e permissionárias	2	28.576	28.576	24.409	24.409

Notas Explicativas

	Nível	30/06/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado		38.432	38.432	32.840	32.840
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	74.004	74.004	66.001	66.001
		74.004	74.004	66.001	66.001
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	6.538	6.538	11.796	11.796
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	692.256	694.519	726.582	728.494
		698.794	701.057	738.378	740.290

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 30 de junho de 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de riscos

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar, mensalmente, a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos períodos são:

	30/06/2025	31/12/2024
Dívida ⁽¹⁾	692.256	726.582
Caixa e equivalentes de caixa	(9.856)	(8.431)
Dívida líquida	682.400	718.151
Patrimônio líquido	1.021.705	971.130
Índice de endividamento líquido	0,67	0,74

Notas Explicativas

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 11 e 12.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.691	-	-	-	3.847	6.538
Empréstimos financeiros, encargos de dívidas e debêntures	10,29%	56.250	76.347	333.399	399.800	134.206	1.000.002
Total		58.941	76.347	333.399	399.800	138.053	1.006.540

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica, e demais instalações de transmissão – DIT é definida nos termos da legislação vigente pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

b) Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	9.856	8.431

Notas Explicativas

	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	5	28.576	24.409
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	74.004	66.001

c) Risco de mercado: taxa de juros

Os empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 11, 12 são compostos de financiamentos obtidos junto a instituições através de emissões no mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

- Variação das taxas de juros

Considerando que, o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho 2025 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	74.004	Alta CDI	9.251	11.564	13.877
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(444.896)	Alta TJLP	(38.484)	(48.105)	(57.726)
	(153.933)	Alta IPCA	(4.633)	(5.791)	(6.950)
Subtotal ⁽²⁾	(598.829)		(43.117)	(53.896)	(64.676)
Total -perdas ⁽²⁾	(524.825)	-	(33.866)	(42.332)	(50.799)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 30 de junho de 2026 (12,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2025, TJLP 8,65% e IPCA 3,01% ambos ao ano;

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$102.849.

20. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R2).

Em 30 de junho de 2025, a despesa de patrocínio ao plano foi de R\$111 (R\$42 em 30 de junho de 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período.

Notas Explicativas

21. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/06/2025	31/12/2024
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	97.504	174.869
Receita de construção, margens e ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(72)	(101)
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	345	803
Arrendamento mercantil – IFRS 16	59	94
Atividades de investimento		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	345	803

22. Reajuste da receita anual permitida – RAP ciclo 2025-2026

A ANEEL por meio da resolução Homologatória nº3.481 de 15 de julho de 2025, estabeleceu o reajuste de 5,32%, na receita anual permitida – RAP das destinada as concessionarias pela prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica. O reajuste será vigente no período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Diretores e Administradores da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC – SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC RJ-093771/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 7 de agosto de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC - RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 7 de agosto de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC - RJ 107310-O "S" MG